



REUNIÃO DE CÂMARA ORDINÁRIA Nº 5 DE 02 DE MARÇO DE 2022

(N.º 1 do Artigo 57, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

ABERTURA

Aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois, pelas nove horas e quarenta e cinco minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município, nesta vila de Almeida, foi realizada a reunião ordinária, sob a Presidência do Senhor António José Monteiro Machado, estando presentes os Senhores Vereadores Alexandre Manuel Fernandes Gonçalves, Alcino Miguel dos Santos Morgado e Maria de Nazaré Carrapatoso Paiva Ribeiro.

FALTAS

Verificou-se a falta da senhora vereadora Catarina Manuel Batista Vilhena de Carvalho, por motivos de se encontrar em situação de isolamento profilático, por doença COVID-19.

Atento o fundamento e a justificação acima dada, o Executivo Municipal, deliberou, por unanimidade, considerar justificada a presente falta.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

PONTO I_ PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO PARA PROJETO "SERINGAS SÓ NO AGULHÃO"

PONTO II_ CONSIDERAÇÕES GERAIS DA REUNIÃO DE ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O senhor vereador Alexandre Gonçalves quis deixar uma nota em relação à reunião da Assembleia Municipal do passado dia 25 de fevereiro e que, de alguma forma está também

X
(LAPES)

relacionada com a ata, em relação à observação que foi feita aos documentos que foram transitados para aprovação na Assembleia Municipal, em relação à Delegação de Competências afirmando que, deveria haver uma maior preocupação em os documentos lhes chegarem de uma forma mais definitiva e com devida antecipação de forma a não haver problemas futuros de interpretação e para se evitar situações como as que aconteceram na Assembleia.

Seguidamente, quis deixar uma nota relativamente à sua posição enquanto vereador da oposição pois foram acusados de serem populistas bem como as suas publicações, querendo deixar claro que a posição que defendem é também aquela que defendem nas reuniões de Câmara, pelo que não é contraditória. Havendo discussão sobre isso, mostra-se disponível para o fazer naquele espaço.

Afirma ainda que, em relação aquela que é a posição que o próprio senhor Presidente da Assembleia Municipal sugeriu, em relação a uma comunicação clara e transparente sobre qual a posição do senhor Presidente da Câmara em relação ao Governo afirma incentivá-lo a fazê-lo para qualificar e chamar quem do Governo a responsabilidade de responder a essa mesma situação. É um repto que também acompanham, afirma, pelo que deveria divulgar a informação que foi dada, detalhadamente, colocando-a em ata, porque assim, todos nós ficamos conscientes dela.

O senhor Presidente, em resposta à questão levantada pelo senhor vereador Alexandre Gonçalves afirmou, responder-lhe a ele e não ao Partido Socialista, dizendo que aquilo que está no comunicado é que o Governo dá luz verde ao Quartel das Esquadras, mas na verdade, o Governo não deu luz verde nenhuma. O que foi pedido pelo Governo foi uma avaliação, dois anos depois. Relembra a questão do que foi dito em relação ao Quartel de Vilar Formoso em entrevista pela senhora candidata, de que ainda iriam rever o projeto para se ver o que era possível fazer, quando já se vai na quinta ou sexta alteração ao projeto. O Protocolo com o Governo foi assinado há mais de três anos. Em 2017, no Aniversário do Comando Distrital da G.N.R., foi prometido em Almeida, que ia ser feita a obra, causando inclusive a sua própria admiração, referiu o senhor Presidente. O senhor Presidente disse não ser necessário rever mais nada, mas sim assinar, referindo que notificou o Ministro da Administração Interna em variadíssimas ocasiões sobre a sua disposição para fazer Protocolo de assinatura para definir a verba, para que depois de aprovada e assinada em Protocolo seja possível verter no Orçamento Municipal, senão como é possível lançar a obra, questiona. O senhor Presidente quis ainda acrescentar, de forma a que não hajam quaisquer dúvidas, que em relação à ligação ao nó da autoestrada e ao Parque TIR são duas intervenções. O que ficou acordado no grupo de trabalho

Luís

foi que a Câmara Municipal fazia o projeto e as Infraestruturas de Portugal fazia a obra. Um milhão e meio não dá para fazer essa intervenção, dando a entender que a culpa é do Presidente da Câmara o que não corresponde à verdade. Posto isto, afirmou que escreverá quando assim o entender.

O senhor vereador Alexandre Gonçalves afirmou que agora ficou claro para a opinião pública a questão de existirem duas obras, mas que até aqui não estava claro, defendendo também que realmente um milhão e meio é pouco, acrescentando que as posições da oposição e as suas são debatidas com o senhor Presidente e que têm trazido todas as suas dúvidas até aquele local.

O senhor vereador Alexandre Gonçalves disse que todas estas interpelações não têm qualquer carácter destrutivo ou qualquer presunção de atacar, e por isso, volta a afirmar que para anular esse mal-entendido, sugere ao senhor Presidente que faça um comunicado. O senhor Presidente respondeu ao senhor vereador que, se ele está esclarecido, isso é o mais importante.

Em relação à questão dos documentos que foram presentes à reunião da Assembleia, o senhor Presidente mencionou que foram esmiuçadas em reunião de Câmara e devidamente registadas em ata, as alterações que ainda teriam de fazer em relação aos contratos interadministrativos. Recorda, que essas alterações foram assinaladas e por isso não os desmentiu em Assembleia, referindo-se aos senhores vereadores da oposição. Lembra que essas alterações ainda irão a discussão com as Juntas e novamente à Câmara e Assembleia Municipal.

PONTO III SOLICITAÇÃO DE EX-PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA

Foi dito pelo senhor vereador Alexandre Gonçalves que lhe foi chegada uma solicitação do senhor Joaquim Monteiro dos Santos, antigo Presidente de Junta, informando que procurou, junto dos serviços da Câmara Municipal tentar obter informação comprovativa relativa aos seus mandatos enquanto Presidente da Junta e elemento da Assembleia Municipal.

Em relação a este assunto, o senhor Presidente esclareceu que existe realmente défice de arquivo num certo período temporal, razão pela qual os Serviços não conseguem dar essa resposta, para além de ter conhecimento de que a própria Junta também não possui essas atas, situação que já ocorreu em outras situações do mesmo tipo.

Handwritten signature/initials

PONTO IV_REGULAMENTO DAS FEIRAS

O Senhor vereador Alexandre Gonçalves quis saber em que ponto está o Regulamento das Feiras, principalmente agora que vamos ter a delegação de competências.

PONTO V_REGULAMENTO DE SUBSÍDIOS

O senhor vereador Alexandre Gonçalves afirmou, que tão depressa quanto possível trarão uma proposta para a regulação de subsídios, tal como se comprometeram em reuniões anteriores, assumindo a sua responsabilidade e o seu comprometimento.

PONTO VI_ABATE DE ÁRVORES EM VILAR FORMOSO

O senhor vereador Alexandre Gonçalves questionou ainda sobre o conjunto de questões que apresentaram por escrito sobre o abate das árvores em Vilar Formoso, que continuam sem resposta, afirmando que para eles continua a ser difícil fazer o enquadramento legal deste assunto.

PONTO IV_CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

O senhor vereador Alexandre Gonçalves questionou o senhor presidente sobre qual a razão que justifica o Conselho Municipal de Saúde ainda não estar definido e a funcionar, principalmente, depois de ter na sua equipa, a pessoa da Enfermeira Nazaré Ribeiro. O senhor Presidente afirmou que a discussão que possa vir a haver no Conselho Municipal de Saúde é importante, mas não apaga todo o trabalho que tem vindo a ser feito, quer pela vereadora, quer pelo Presidente, quer nas várias ocasiões em que é possível abordar o tema saúde, pois também têm este tema como sendo de grande importância. Interroga, por isso, se a constituição do Conselho vai trazer mais valias a esta questão. No entanto, não invalida que esta questão está a ser revista, por forma a ser trazida a reunião de Câmara e, posteriormente, a reunião de Assembleia, para constituição dos seus membros.

ORDEM DO DIA

PONTO I _APROVAÇÃO DE ATA

O senhor Presidente, António José Monteiro Machado, em ordem ao preceituado no n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabeleceu, entre outros o Regime Jurídico das Autarquias Locais, deu conta da ata da reunião ordinária n.º 4, de 15 de fevereiro de 2022. Foi aprovada, por unanimidade.

R. G. S.

PONTO II- SUBSÍDIOS ÀS COMISSÕES DE FESTAS RELIGIOSAS DO CONCELHO - DELIBERAÇÃO GENÉRICA;

Usou a palavra o senhor Presidente, para apresentar uma Deliberação Genérica de atribuição de subsídios às Comissões de Festas Religiosas do Concelho, para ficarem definidos e as Comissões saberem com aquilo que podem contar. Assim, a proposta é de atribuir 200,00€ (duzentos euros) para as festas mais pequenas, 400,00€ (quatrocentos euros) para as festas com alguma dimensão como Freineda, Nave de Haver e Malhada Sorda e 3.000,00 (três mil euros) para festas de maior dimensão como Almeida e Vilar Formoso. Por forma a não se perder a tradição, o senhor Presidente propôs ainda que, às Comissões de Festas que contenham no seu programa encerros taurinos a cavalo ou garraiyadas se atribua mais 500,00€ (quinhentos euros) por cada encerro ou garraiyada.

Tomou, em seguida a palavra, o senhor vereador Alexandre Gonçalves, referindo nada ter contra este apoio, sendo até uma causa que lhe interessa e, reconhecendo a importância destes eventos, sugere, mostrando desde logo a sua disponibilidade para ajudar, que se abarque uma marca, respeitando o calendário religioso, mas planeando um cartaz de festividades que não se atrepele com outras festividades, por forma ao concelho ser competitivo em termos culturais.

Foi aprovado, por unanimidade, a atribuição às Comissões de Festas de 200,00€ (duzentos euros) para as festas mais pequenas, 400,00€ (quatrocentos euros) para as festas com alguma dimensão como Freineda, Nave de Haver e Malhada Sorda e 3.000,00 (três mil euros) para festas de maior dimensão como Almeida e Vilar Formoso e às Comissões de Festas que contenham no seu programa encerros taurinos a cavalo ou garraiyadas mais 500,00€ (quinhentos euros) por cada encerro ou garraiyada.

PONTO III REGULAMENTOS: PROJETO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DA ACADEMIA SÉNIOR DE ALMEIDA

Pelo senhor Presidente foi informado de que este Regulamento esteve em apreciação pública, pelo período de trinta dias úteis, nos termos do número 1 do artigo 101.º do Código de Procedimento administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei número 4/2015, de 7 de janeiro, estando em condições de ser aprovado para posterior submissão a Assembleia Municipal.

Foi aprovado, por unanimidade, o Regulamento Municipal da Academia Sénior, para apreciação e aprovação da Assembleia Municipal.

ASSUNTO NÃO AGENDADO NA ORDEM DO DIA

7
Lous

PONTO UM_ PONTO I_ PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO PARA PROJETO "SERINGAS SÓ NO AGULHÃO"

Pelo senhor Presidente foi exposta uma informação interna da Técnica Superior Maria José Loureiro, que vem no seguimento da apresentação do Projeto "Seringas só no Agulhão" pela Diretora Técnica da Farmácia Moderna de Vilar Formoso, a Doutora Maria Estrella Gonzalez. para submeter à apreciação da Câmara Municipal para eventual comparticipação do custo do Projeto, no valor de 32.16€ (trinta e dois euros e dezasseis cêntimos), por trimestre, para colocação de um contentor na Farmácia Moderna de Vilar Formoso, deixando a porta aberta para que esta deliberação seja também para a Farmácia de Almeida caso venham a aderir também a este Projeto e a uma possível prorrogação do projeto. O senhor Presidente quis realçar a importância deste Projeto para a manutenção da Saúde Pública, na recolha de agulhas e agulhetas dos diabéticos, utilizados nos seus tratamentos e outros, de outra ordem médica.

Foi aprovado, por unanimidade, a comparticipação financeira do valor de 32,16€ (trinta e dois euros e dezasseis cêntimos) pagos, trimestralmente, e durante o período de um ano, à Farmácia Moderna de Vilar Formoso.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Nos termos do disposto dos números 2 e 6, do artigo 49.º, da Lei n. 975/2013, de 12 de setembro e em cumprimento do artigo 11.º, pontos 1, 2, 3 e 5 do Regimento da Câmara Municipal de Almeida, inscreveram-se para esta reunião ordinária as senhoras Olga Maria Rodrigues Afonso e Maria Clotilde Monteiro Rodrigues.

O senhor Presidente deu a palavra à senhora Maria Clotilde Monteiro Rodrigues, que veio solicitar ao Executivo Municipal que as reuniões da Câmara Municipal fossem transmitidas on-line, de forma a que os naturais do concelho a residir fora, possam assistir.

Em resposta à munícipe Maria Clotilde Rodrigues, o senhor Presidente explicou que, uma vez que para que o solicitado seja possível é necessário uma logística diferente, compromete-se a analisar a situação e as implicações que poderá ter.

+
Luis

Seguidamente, o senhor Presidente deu a palavra à senhora Olga Maria Rodrigues Afonso que veio solicitar à Câmara Municipal, o seguimento de propostas anteriores feitas pela *Frente Cívica de Vilar Formoso-Fuentes de Oñoro* e o esclarecimento de outros assuntos.

A senhora Olga Afonso começou por dizer que era importante lembrar que existem benefícios fiscais para os médicos que se instalem no Interior. O senhor Presidente respondeu, com a ajuda da senhora vereadora Nazaré Ribeiro, recorrendo ao seu conhecimento como enfermeira da Região, que, relativamente aos benefícios fiscais dos médicos para fixação no Interior e com os dados que têm, podem afirmar que, no momento, não existem falta de médicos no concelho de Almeida. Por vezes, o tempo de resposta para se conseguir uma consulta é mais demorado, pelo facto de termos uma população mais envelhecida e que, por esse mesmo motivo, acaba por demorar um pouco mais no tempo de consulta, lembrando que a contratação dos médicos é feita pelo Governo e não pela Câmara.

A munícipe Olga Afonso interpelou o senhor Presidente sobre o ponto de situação em relação ao Parque TIR. Sobre este assunto, o senhor Presidente deu a informação de que o projeto está a ser avaliado tecnicamente pelas Infraestruturas de Portugal para a sua aprovação e o que ainda está para discussão é o financiamento de um milhão e meio, que foi a proposta lançada pela Secretaria de Estados das Infraestruturas e que a Câmara se encontra a aguardar a revisão desse valor por considerar ser um valor insuficiente, sendo certo que é ainda preciso fazer a segunda obra, de ligação dessa zona do Parque TIR até ao nó da autoestrada.

A senhora Olga Afonso sugeriu a criação de um Museu de Imigração e construção de uma Praça Ibérica. Afirmou que, enquanto representante da *Frente Cívica de Vilar Formoso-Fuentes de Oñoro*, gostaria que ficasse registado em ata, uma proposta para que o Parque TIR seja construído noutra local, mais precisamente na Zona Industrial de Vilar Formoso, na Estrada Nacional 16. Disse que o Governo tinha prometido que o Pavilhão de Portugal da Expo Dubai, o Museu de Imigração viria para Vilar Formoso, pelo que considera que o melhor local para o mesmo ser colocado é em frente onde está, presentemente, o Parque TIR, ficando, no lado oposto, o Centro Internacional de Exposições. A senhora Olga Afonso quis também o registo em ata de uma outra proposta, para construção ou reabilitação do posto na Fronteira numa futura Praça Ibérica, arranando um outro sítio para colocar o Parque TIR, pois disse não julgar ser apelativo ter na porta da Eurocidade um Parque TIR. Propôs também a retirada da estrutura aérea que se encontra agora na fronteira para ser colocada no Museu da Imigração, uma vez que há pessoas que têm um laço sentimental com aquela estrutura.

Faust

Sugeri também, a criação de cursos técnico-profissionais, de acordo com o que está previsto pelo acordo transfronteiriço, que englobassem jovens de ambos os lados da fronteira, nas áreas de Informática, Gestão de Projetos Europeus e Energias Renováveis. Apelou ao Executivo, pressão junto do Governo para conseguirem fundos existentes para apoiar territórios com densidades populacionais muito baixas – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), com base jurídica no artigo 174.º e 175.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. Apelou à Câmara Municipal de Almeida que se junte às organizações para subscrever a Declaração de Urgência das Associações *Viriato Zamora* e *La Raya* para levar ao Governo espanhol um estudo do despovoamento. Sugeri criação de zona franca Porta da Europa e a criação de zona turística, integrada a nível concelhio, com o maior número possível de freguesias, para desenvolvimento cultural.

Pela senhora Olga Afonso foi questionado qual o ponto de situação da Eurocidade, apelando a uma moção de esclarecimento presencial ou on-line para esclarecimento de dúvidas sobre este assunto. O senhor Presidente respondeu, que em relação à Eurocidade o que pode adiantar é que aguardam as aprovações dos órgãos da parte espanhola, porque da parte portuguesa está tudo tratado.

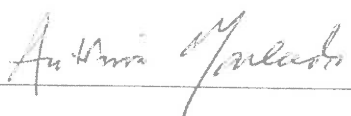
A senhora Olga continuou a sua intervenção, referindo saber que houve contratação de uma empresa de iluminação para a zona centro de Vilar Formoso, junto à estação, pretendendo saber se também está prevista a colocação de câmaras de vigilância. O senhor Presidente respondeu-lhe que se encontram num processo de aquisição de iluminação, mas de câmaras não porque, primeiro teria de ter autorização para isso e verba para essa contratação.

Por último, assuntou sobre a disponibilidade do Município em colaborar logística e financeiramente na apresentação de um livro, com artigos de vários autores espanhóis e portugueses, recolhidos durante dois anos do jornal digital luso-espanhol *El Trapézio* e que a organização que representa quer fazer no mês de abril, no Auditório de São Pedro de Rio Seco. O senhor Presidente propôs-lhe fazer chegar à Câmara Municipal esse pedido por escrito, com plano detalhado do evento.

ENCERRAMENTO

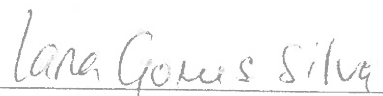
As deliberações constantes desta ata foram aprovadas em minuta, para efeitos de execução imediata. Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas onze horas e quarenta e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada nos termos da Lei, na reunião seguinte, pelo Senhor Presidente e por mim, Lara Gomes Silva, Assistente Técnica da Divisão Administrativa e Financeira, que a subscrevi.

O Presidente da Câmara



Eng.º António José Monteiro Machado

A Assistente Técnica



Lara Catarina Pereira Gomes Silva